



SOARES E OLIVEIRA
ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME

Proc. N° 167/2025
Folhas N° 182
Visto [assinatura]

AO SERVIÇO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
A/C ILMO. SR. PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REF.: EDITAL PREGÃO 025/2025-
PROCESSO ADMINISTRATIVO 167/2025

Duas Barras, 22 de julho de 2025.

SOARES E OLIVEIRA DE DUAS BARRAS ASSESSORIA E CONSULTORIA S/C LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.296012/0001-54, com domicílio à Rua Professora Maria Emília Alves Soares, 126 – Centro de Duas Barras – RJ, vem, com o devido respeito e acatamento, perante Vossas Senhorias, fundamentada no art. 164 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nos princípios constitucionais e administrativos que regem a matéria, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do certame em epígrafe, o que faz pelos fatos e fundamentos de direito a seguir pormenorizadamente expostos.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do instrumento convocatório, a sessão de abertura do certame está marcada para o dia 28 de julho de 2025.

De acordo com o art. 164 da Lei nº 14.133/21, qualquer pessoa pode impugnar os termos do edital até três dias úteis antes da referida data.

O próprio edital prevê esse prazo derradeiro.

Considerando que a presente impugnação foi protocolada nesta data (22 de julho de 2025), resta evidente sua tempestividade, o que impõe a sua análise por esta respeitável Comissão de Licitação.

II. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS PARA A IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação tem por objetivo evidenciar, respeitosamente, a presença de vícios insanáveis no edital, especialmente no que se refere às exigências de qualificação técnica dos itens 8.4.1.

8.4.1 – Comprovação de Registro de Licitante no registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC

O item questão, tais como redigido, comprometem a regularidade do certame por afrontarem diretamente os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e, conseqüentemente, o da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

III. DA NOTÓRIA IMPERTINÊNCIA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM RELAÇÃO AO OBJETO LICITADO

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, embora fundamental, não possui caráter absoluto. Ele deve ser interpretado em consonância com o princípio da legalidade, o qual impõe à Administração Pública o dever de estabelecer critérios de qualificação técnica que guardem pertinência e compatibilidade direta com o objeto da licitação.

Nesse sentido, o artigo 67 da Lei nº 14.133/21 é claro ao dispor que a documentação relativa à qualificação técnica — tanto profissional quanto operacional — deve restringir-se aos aspectos de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado.



SOARES E OLIVEIRA
ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME

Proc. N° 167/25
Folhas N° 183
Visto: ME

No presente certame, o objeto é a "Contratação de empresa no acompanhamento da gestão pública, orçamentária, financeira e administrativa, que pode ser realizada por diversos tipos de empresas que possuem em seu quadro funcional, colaboradores de diversas atividades técnicas, inclusive na área de contabilidade aplicada ao setor público.

A assessoria e o acompanhamento de atividades de gestão pública, podem ser desenvolvidas por profissionais da própria área de gestão pública, de profissionais da área de planejamento, quando envolve assessoria orçamentária, e da área de contabilidade, quando envolve serviços dessa natureza.

A exigência de registro no CRC, especificamente, impede demais empresas de participarem e a disputa menos acessível a diversos segmentos profissionais que envolvem os serviços listados no termo de referência, de modo que a competitividade ficará prejudicada e não será alcançado o princípio da economicidade.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas tem reiterado que a exigências em nome da empresa ou do profissional deve ser clara e não contraditória.

Ora, o próprio edital solicita certificação da empresa e do profissional responsável formado em contabilidade, o que por si só, expressa que a empresa não necessariamente deverá ter registro no CRC, posto que serviços como planejamento orçamentário, acompanhamento do sistema sigfis dentre tanto outros serviços expressos no termo de referência, não determinam serviços próprios de empresa com registro no CRC.

IV. DO REQUERIMENTO

Requer a impugnação do edital, e suspensão do certame em epígrafe, até que seja alterado o item 8.4.1, cabendo as empresas por certificação de capacidade técnica comprovarem aptidão para prestação de serviços.

Termo em que pede e espera deferimento.

SOARES E OLIVEIRA DE
DUAS BARRAS
ASSESSORIA E
CON:07296012000154

Assinado de forma digital por
SOARES E OLIVEIRA DE DUAS
BARRAS ASSESSORIA E
CON:07296012000154
Dados: 2025.07.22 14:34:14
-03'00'

Soares e Oliveira
Assessoria e Consultoria S/C Ltda ME



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE
SETOR DE LICITAÇÃO



Proc. 167/2025

Folha: 184

Visto:

Do: Setor de Licitação
Para: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Senhora Secretária,

Segue anexo Impugnação interposta pela empresa SOARES E OLIVEIRA DE DUAS BARRAS ASSESSORIA E CONSULTORIA S/C LTDA – ME, na qual questiona a legalidade do item 8.4.1 do edital:

8.4.1. Comprovação de Registro da Licitante no registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC (art. 67, inc. V da Lei 14.133/21).

Em síntese, a empresa alega que: “o objeto da contratação envolve as áreas de gestão pública, orçamentária, financeira e administrativa, que pode ser realizada por diversos tipos de empresas que possuem em seu quadro funcional, colaboradores de diversas atividades técnicas. Que a exigência de registro no CRC, especificamente, impede demais empresas de participarem e a disputa menos acessível a diversos segmentos profissionais que envolvem os serviços listados no termo de referência, de modo que a competitividade ficará prejudicada e não será alcançado o princípio da economicidade.”

De fato, assiste razão à impugnante, pois o objeto da contratação envolve múltiplas áreas de atuação, conforme disposto no item 3.4.u do Termo de Referência:

u) Os serviços de assessoria deverão ser prestados por equipe multidisciplinar composta no mínimo de **01 (um) profissional formado em Contabilidade e inscrito no CRC - Conselho Regional de Contabilidade, 01 (um) profissional formado em Administração e inscrito no CRA - Conselho Regional de Administração e 01 (um) advogado com registro na OAB-RJ - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Rio de Janeiro**, todos com experiência quanto ao objeto acima descrito.

A jurisprudência tem sido pacífica ao reconhecer que, quando o objeto da contratação abrange mais de uma área sujeita à fiscalização de diferentes conselhos profissionais, a exigência de **registro da empresa** deve recair exclusivamente sobre o conselho que fiscaliza a atividade básica ou preponderante do serviço a ser contratado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE
SETOR DE LICITAÇÃO



Proc: 167/2025

Folha: 185

Visto: *[assinatura]*

Entretanto, ao se analisar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e os demais documentos constantes do processo licitatório, observa-se que não há delimitação objetiva quanto à área predominante do objeto. Assim, a análise sobre a preponderância torna-se eminentemente técnica e cabe exclusivamente à secretaria demandante deliberar a respeito. Diante disso, encaminha-se o presente expediente para que sejam adotadas as providências que entender necessárias.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Aperibé, 29 de julho de 2025

[assinatura]
Marcos Paulo dos Santos Montozo
Pregoeiro - Mat. 3449



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

PROC. Nº 0167/25
FOLHAS Nº 186
VISTO

Processo nº 0167/2025

Requerente: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Assunto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de acompanhamento em gestão pública: contábil, orçamentária, financeira e administrativo para o período de 12 meses.

Para: Assessoria Jurídica

DESPACHO

Trata-se de expediente encaminhado pelo setor de licitação, que tem por objetivo a análise do pedido de impugnação efetuado pela empresa SOARES E OLIVEIRA, ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA-ME.

Informa, o senhor pregoeiro, no documento de fls. 184, "que assiste razão a impugnante, pois o objeto da contratação envolve múltiplas áreas de atuação, conforme disposto no item 3.4.u, do Termo de Referência", acrescentando, ainda as fls. 185, que "ao analisar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e os demais documentos constantes do processo licitatório, observa-se que não há delimitação objetiva quanto à área predominante do objeto".

Diante do exposto, encaminho o citado processo para vossa análise e parecer a respeito da impugnação em tela.

Aperibé, 29 de julho de 2025.

Luzimar de Souza Marques
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento
Mat.: 1539



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Proc N° 167/25
Folhas N° 187
Visto 190

Processo nº 0167/2025

Requerente: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Ementa: Exigência de registro em conselho profissional e apresentação de atestados de capacidade técnica em licitações – interpretação do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 diante da natureza multidisciplinar do objeto licitado.

PARECER JURÍDICO

Trata-se de manifestação desta Procuradoria sobre a correta interpretação e aplicação do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, especialmente em situações em que o objeto da licitação abrange atividades técnicas pertencentes a diferentes áreas do conhecimento, gerando dúvidas quanto a obrigatoriedade de registro da licitante em conselho profissional.

A leitura isolada do dispositivo poderia induzir à obrigatoriedade de registro em um único conselho profissional, como condição de habilitação. No entanto, uma interpretação sistemática e finalística da norma impõe que tal exigência deve ser razoável, proporcional e compatível com a complexidade do objeto.

Em muitos casos, especialmente no caso de natureza multidisciplinar ou intelectual complexa, o objeto contratual envolve competências técnicas diversas, o que dificulta a definição de um único conselho como competente para regular a atividade. Exigir, nesses casos, registro exclusivo em determinado conselho pode representar restrição indevida à competitividade, afrontando os princípios da isonomia e do julgamento objetivo, previstos no art. 5º da mesma lei.

A jurisprudência e a doutrina também têm reconhecido, especialmente em serviços de natureza predominantemente intelectual, a possibilidade de flexibilização na exigência de registro profissional, desde que a capacidade técnica esteja adequadamente demonstrada, e os profissionais envolvidos possuam as habilitações pertinentes às atividades que efetivamente desempenharão.

Portanto, a exigência de registro em conselho profissional prevista no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 deve ser compatível com a natureza do objeto da licitação. Nos casos de serviços complexos ou multidisciplinares, não é razoável restringir a habilitação a um único conselho, salvo quando houver clara predominância de uma área técnica específica.

Por fim, a flexibilização da exigência de registro em conselho deve ser vista não como exceção, mas como medida necessária à promoção da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, conforme impõe a própria lógica do regime licitatório.

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Legislação Municipal, incumbe, a esta Procuradoria Geral, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados e nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Proc N° 167/25
Folhas N° 188
Visto 18/

Diante do exposto, esta Procuradoria manifesta-se pelo prosseguimento do processo, com o acolhimento dos argumentos apresentados na Impugnação. Recomenda-se, portanto, a exclusão do item 8.4.1 do Edital e do item 6.1.1 do Termo de Referência. Após essas alterações, o processo deverá ser encaminhado à apreciação do Ilustre Ordenador de Despesas, a quem cabe a decisão final.

Aperibé, 29 de julho de 2025.

Rodrigo Rodrigues Duarte
Subprocurador Geral do Município



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

PROC. Nº	0167/25
FOLHAS Nº	189
VISTO	

Processo nº 0167/2025

Requerente: Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Assunto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de acompanhamento em gestão pública: contábil, orçamentária, financeira e administrativo para o período de 12 meses.

Para: Setor de Licitação

DESPACHO

Em atenção ao despacho do senhor pregoeiro (fls. 184/185) e, de acordo com o parecer exarado pelo Subprocurador Geral do Município (187/188), acolho o pedido de impugnação efetuado pela empresa Soares e Oliveira, Assessoria e Consultoria Ltda-ME.

Neste sentido, solicito ao Setor de Licitação, através de seu pregoeiro, que seja efetuada a exclusão do item 8.4.1 do Edital e do item 6.1.1, do Termo de Referência, conforme recomendação do Subprocurador Geral do Município de Aperibé.

Aperibé, 30 de julho de 2025.

Luzimar de Souza Marques
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento
Mat.: 1539